

EDUCAÇÃO SUPERIOR COMO BEM PÚBLICO: PROJETO ESTRATÉGICO PARA O ESTADO

Maria Amélia Sabbag Zainko

Em 1998, na Conferência Mundial de Educação Superior, promovida pela UNESCO, mais de 180 países de todos os continentes firmaram uma declaração de princípios com o compromisso de manter o ensino superior como um direito e como um bem público.

A declaração enfatizava ainda que sem educação superior e sem instituições de pesquisa que formem pessoas qualificadas e cultas, nenhum país pode assegurar seu desenvolvimento e nem reduzir a disparidade que separa os países pobres e em desenvolvimento dos países desenvolvidos.

Não obstante, em tempo de eleições e face ao repetitivo discurso da finitude dos recursos financeiros e da ausência de uma previsão orçamentária viável, invariavelmente vem à tona o questionamento sobre os investimentos no ensino superior, seja pelos Estados ou pela União.

As análises, em sua maioria, partem de visões imediatistas, quantitativistas e utilitaristas, que buscam restringir o financiamento das universidades por parte do Estado.

Esquecem-se os analistas de que o ensino superior faz parte de um processo de formação que tem início na educação infantil e se estenderá vida afora. E mais, que é na formação das pessoas que se sustenta o projeto de democracia do Estado e do País.

O projeto democrático é um projeto educativo e, portanto, direito de cidadania e condição para o desenvolvimento social.

Como sustentar tal projeto sem associá-lo à idéia de que preservar e manter a vida são finalidades básicas da educação? Como pensar em reversão dos processos de exclusão, de marginalização e violência, que são as mais perversas doenças sociais do nosso tempo? Como resgatar a qualidade do ensino público fundamental e médio, colocando em pólos opostos escola básica e ensino superior? Como dicotomizar sobre as responsabilidades de Estado e União se todos são responsáveis pela formação de cidadãos e profissionais, que constroem no dia-a-dia nosso projeto de nação independente?

Estas e muitas outras questões buscam evidenciar o papel estratégico que a Educação ocupa, na construção de uma globalização alternativa, cuja centralidade seja o homem e não o dinheiro. O homem, que com sua luta vai construindo uma nova cultura e uma nova sociedade.

* Doutora em Educação. Coordenadora do Núcleo de Políticas e Gestão da Educação Superior PUCPR.
Email: mazainko@uol.com.br

E como fazer isto sem um investimento significativo na Educação, na sua condição de prioridade das prioridades? Como não investir no ensino superior como direito e como bem público?

Todos sabemos que sem universidade pública não há nação ou estado desenvolvido, mas que nossas universidades necessitam de reformas estruturais e organizacionais inadiáveis. Rever as formas de acesso com ampliação de turnos e vagas e reforçar os laços com a sociedade são requisitos indispensáveis para garantia da pertinência e da relevância social do processo de formação.

Com a aproximação da Universidade dos níveis fundamental e médio; o repensar do vestibular cuja concepção acentua a seletividade social e a exclusão; com a construção de um projeto de desenvolvimento institucional que enfatize a autonomia como condição do “ser” universidade, muito se poderá esperar dela.

Uma Universidade renovada, com estrutura organizacional ágil, com capacidade de inovar na gestão acadêmica tomando a formação humana como a base para a renovação dos currículos e dos cursos atendendo às necessidades da comunidade. Uma Universidade que valorize o seu professor como um líder intelectual, com identidade profissional reconhecida, saberá fazer ressaltar a importância dos investimentos que nela são feitos, resgatando o seu papel de vanguarda diante da à sociedade.

As rápidas inovações por meio das novas tecnologias não só promoverão mudanças no modo de construção do conhecimento, como ampliarão o acesso à educação superior. Não se pode esquecer, porém, que novas tecnologias e mídias eletrônicas não tornam os docentes dispensáveis, pelo contrário, a interação, o diálogo e a capacidade de construir junto, fazem do professor elemento chave na nova sociedade do conhecimento.

Por tudo isso a extinção da gratuidade do ensino na universidade pública é uma falsa questão, porque além de não resolver a insuficiência dos recursos e a ampliação do orçamento, aumentará a legião dos excluídos do processo educacional.

Liderar as reformas de ensino é hoje o maior desafio para a universidade, que sendo resultante de um esforço de criação e sustentação por parte da sociedade, deve repartir com segmentos, cada vez mais amplos, a sua capacidade de interação com os demais níveis de ensino, as suas conquistas e descobertas no campo acadêmico e os resultados da produção do saber gerado no campo da pesquisa e da extensão, reduzindo as desigualdades, combatendo a exclusão, melhorando a formação profissional e aumentando a participação cidadã.

O governante que assumir tal projeto estratégico, certamente, conduzirá o Estado a um desenvolvimento sustentável, tanto humano, como social.